



## CPI da Petrobras convoca Graça Foster e Sergio Gabrielli

Vital do Rêgo foi eleito presidente da comissão e indicou para a relatoria José Pimentel, que apresentou plano de trabalho concentrando a investigação entre 2005 e 2014

**R**elação de 72 convocações aprovadas ontem inclui o ex-diretor da estatal Nestor Cerveró, autor do relatório que recomendou a compra da refinaria de Pasadena.

O relator dividiu a investigação em quatro eixos: compra em Pasadena, indícios de propina da SBM Offshore, segurança no lançamento de plataformas e indícios de superfaturamento em refinarias. **3**

Entre Antonio Carlos Rodrigues e José Pimentel, Vital do Rêgo conversa com Humberto Costa após ser eleito presidente da CPI



Gerardo Magela/Agência Senado



Marcos Oliveira/Agência Senado

### Plenário aprova novas regras para criar município

Segue para a Câmara projeto criado para substituir proposta vetada no ano passado pela Presidência da República. Após aprovação do texto prin-

cipal há uma semana, o Senado concluiu a análise ontem ao acatar emendas definindo número mínimo de habitantes e área dos novos municípios. **4**

Eduardo Braga (E) cumprimenta Mozerildo Cavalcanti, o autor do projeto, que agradeceu aos colegas e ao relator, Valdir Raupp

## Dirigentes asseguram bom funcionamento de serviços na Copa

Em audiência na Comissão de Infraestrutura, diretores de agências reguladoras disseram que não faltará energia elétrica nos estádios e que o transporte aéreo funcionará normalmente. À Comissão de Desenvolvimento Regional, presidente da Infraero garantiu que não haverá problema nos aeroportos. **5**



Lin de Paula/Agência Senado



José Cruz/Agência Senado

Ministro da Aviação Civil, Moreira Franco (E) fala à CDR em audiência presidida por Valadares (C). Collor (2º à dir. na 2ª foto) recebeu os diretores da Aneel e da Anac



Marcos Oliveira/Agência Senado

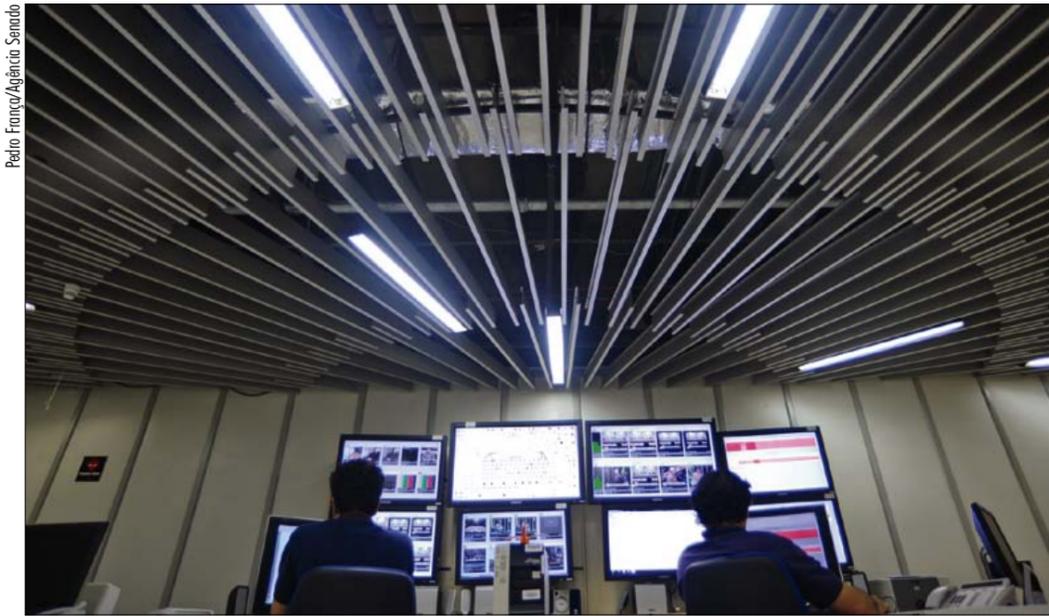
Senadores, deputados e veteranos comemoram a promulgação da emenda que beneficia os soldados da borracha

### Soldados da borracha receberão indenização

Foi promulgada ontem a proposta de emenda à Constituição que prevê a concessão de uma indenização de R\$ 25 mil aos seringueiros que trabalharam na Amazônia para fornecer matéria-prima aos países aliados na 2ª Guerra. **8**

### Dilma veta redução de multa aplicada a plano de saúde

Servidores pedem mais democracia nos institutos de educação **6**



Servidores trabalham no Prodasen: com novos storages, Senado duplicará capacidade de armazenamento de dados

## Casa faz pregão para ampliar armazenamento de dados

Processo para aquisição de storages foi feito por meio de pregão eletrônico e permitiu que Senado gastasse 64% menos do que o previsto. Capacidade do Prodasen mais do que duplicará

O SENADO FEZ no último dia 8 um pregão eletrônico para a aquisição dos chamados storages, que compõem a área de armazenamento de informações da rede da Casa. A compra integra o processo de renovação da estrutura de informática do Senado, que visa dar estabilidade à rede, preservando a memória da instituição e garantindo a integridade das informações.

Os atuais sistemas de armazenamento já haviam concluído a vida útil, de cinco anos. A continuidade do uso desses equipamentos colocaria em risco a segurança dos dados armazenados, em virtude de dificuldades de manutenção.

Os equipamentos adquiridos serão incorporados à estrutura do Prodasen no decorrer de

2014 e garantirão melhor desempenho e mais capacidade para atender as demandas sempre crescentes do Senado.

O pregão permitiu uma redução de 64% dos gastos previstos originalmente e garantiu que a capacidade de armazenamento do Prodasen mais do que dobre, saindo de 268 terabytes para 600 terabytes.

A aquisição vai possibilitar ainda que a velocidade de processo seja ampliada. Os equipamentos atualmente utilizados permitem conexões de 1 megabyte. Os novos storages podem ser conectados a até 10 megabytes.

A infraestrutura de tecnologia da informação está na base da operação dos serviços de informática, que, por sua vez, são críticos para o funcionamento

do Senado. Tais serviços constituem processos de suporte a atividades legislativas típicas, como a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual, e à tramitação de matérias a serem votadas. Também apoiam atividades essenciais ao funcionamento da Casa, como as de cunho gerencial e administrativo. Têm impacto, ainda, nos serviços e veículos da Comunicação Social, no acesso à internet e nos equipamentos primordiais ao trabalho diário, como computadores e impressoras.

Com a adoção da modalidade de ata de registro de preços, as aquisições autorizadas no processo serão realizadas na medida da necessidade da instituição.

## Rolleberg questiona corte na TV Senado

A possibilidade de cortes na TV Senado fez Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) solicitar em Plenário, ontem, que o debate seja feito com a participação de todos os senadores. Ele encaminhou à Mesa do Senado abaixo-assinado em que servidores manifestam apreensão com o corte de terceirizados, o que poderia afetar a rotina administrativa e a produção.

Rolleberg destacou o trabalho da TV Senado e avaliou que a emissora é importante para o controle da atividade



A TV é importante para o controle pela população, afirma Rolleberg

legislativa pela população.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, respondeu que tem um compromisso com o corte de despesas e que vai implementar na Secretaria de

Comunicação Social (Secom) a mesma regra já adotada em outros contratos da Casa. Além da TV e da Rádio, a Secom agrupa a Agência, o **Jornal do Senado** e as Coordenações de Relações Públicas e de Marketing.

— Um só contrato tem mais de 400 terceirizados. Não podemos cortar outros contratos sem cortar esse, que é o segundo maior da Casa. Só com terceirização, o Senado gasta R\$ 188 milhões. O serviço tem que ser aperfeiçoado, mas jamais com um contrato no valor de R\$ 37 milhões por ano.

## PSB sai do Bloco de Apoio ao Governo

Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) comunicou ontem o desligamento do partido do Bloco de Apoio ao Governo. O anúncio foi feito em ofício encaminhado à Mesa do Senado. Agora, a base do go-

verno no Senado passa a ser formada por PT, PDT, PCdoB, PSOL e PRB.

Ao agradecer ao líder do PT, Humberto Costa (PE), e aos demais senadores, Rolleberg disse que não há sentido em

permanecer no Bloco de Apoio ao Governo, uma vez que o PSB terá candidatura própria à Presidência. O ex-governador de Pernambuco Eduardo Campos será o candidato do partido.

## Senado aprova indicação de general para tribunal militar

O Plenário aprovou a indicação do general de exército Odilson Sampaio Benzi para o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar (STM). Ele foi aprovado com 46 votos favoráveis, 5 contrários e 1 abstenção.

Benzi havia sido sabatinado e aprovado por unanimidade pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na manhã de ontem. Ele entrará na vaga decorrente da aposentadoria do general de exército Raymundo Nonato de Cerqueira Filho.

Na sabatina da CCJ, o general defendeu a importância da Justiça Militar e a atualização das legislações penal e processual penal militares. Na opinião dele, a revisão des-



ses instrumentos seria um avanço e poderia permitir, por exemplo, a adoção de penas alternativas, como prestação de serviços à comunidade.

Indagado sobre maioria penal, o general mostrou-se a favor da redução. Ele lembrou a existência de crimes graves e o artifício usado pelos criminosos que se valem da lei para cometer delitos às vésperas de completarem a maioria.

Sobre o emprego das Forças Armadas na manutenção da lei e da ordem, Benzi ressaltou que existe previsão na Constituição, mas considerou que não é a situação ideal, visto que as polícias têm formação mais adequada para a segurança pública.

### ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após a ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



#### PLENÁRIO Pauta trancada

**14h** A pauta continua trancada pela Medida Provisória 630/2013, que estende o regime simplificado a todas as licitações públicas do país.

#### PRESIDÊNCIA Municípios

**11h** Reunião da Mesa. Às 12h, Renan Calheiros recebe presidentes da Confederação Nacional de Municípios e da Associação dos Municípios Alagoanos. Às 15h, participa do lançamento do Compromisso Nacional pelo Emprego e Trabalho Decente na Copa. Às 16h, preside ordem do dia.

#### CRA Embrapa Cerrados

**8h** Audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária debate projeto do GDF que quer transformar em zona urbana área da Embrapa Cerrados.

#### CCT Leilão da faixa de 700 MHz

**9h** Audiência pública discute o leilão da faixa de 700 MHz para internet móvel 4G. Entre os participantes, o presidente da Anatel, João Batista Rezende.

#### CAS Vida pós-aposentadoria

**10h** A qualidade de vida do trabalhador depois da aposentadoria será debatida Comissão de Assuntos Sociais.

#### CE Ministro do Esporte

**10h** O ministro do Esporte, Aldo Rebelo, participa de audiência pública da Comissão de Educação para falar sobre as diretrizes e prioridades da pasta.

#### CRE Universidade para Todos

**10h** Na pauta da Comissão de Relações Exteriores, projeto que modifica o Programa Universidade para Todos para beneficiar estudantes estrangeiros. Em análise ainda a concessão de pensão especial aos ex-integrantes do Batalhão Suez.

#### DESENVOLVIMENTO URBANO Evento

**14h** A Subcomissão de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, ligada à Comissão de Serviços de Infraestrutura, promove, em Salvador, o evento Diálogo sobre os Desafios da Reforma Urbana, visando à melhoria dos serviços públicos.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das **8h**, audiência pública da **Comissão de Agricultura e Reforma Agrária**; e, às **10h**, reunião da **Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional**. Às **14h**, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: [www.senado.leg.br/radio](http://www.senado.leg.br/radio).

### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, reunião da **Comissão de Relações Exteriores**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

# Graça Foster e Gabrielli vão à CPI da Petrobras

Outras 70 pessoas também foram convocadas pelos senadores. Plano de trabalho apresentado ontem pelo relator concentra as investigações nos negócios entre 2005 e 2014

A PRESIDENTE DA Petrobras, Graça Foster, e o ex-presidente da empresa Sergio Gabrielli serão os primeiros a depor à CPI da Petrobras no Senado. Gabrielli deve ser ouvido na terça-feira. Graça Foster, no dia 27.

A comissão foi instalada ontem em reunião coordenada por João Alberto Souza (PMDB-MA), com a eleição por aclamação de Vital do Rêgo (PMDB-PB) e Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) como presidente e vice-presidente. O relator é José Pimentel (PT-CE).

Outras 70 convocações foram aprovadas, incluindo a do ex-diretor da área internacional da Petrobras Nestor Cerveró, autor do relatório que teria embasado a decisão de comprar a refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos.

Cyro Miranda (PSDB-GO) pediu a convocação do ex-presidente Lula, mas o requerimento foi rejeitado. Lúcia

Vânia (PSDB-GO) e Wilder Moraes (DEM-GO), que seriam os outros representantes da oposição, pediram para sair.

Pelo planejamento, os trabalhos vão se concentrar nos negócios da Petrobras entre 2005 e 2014, com quatro eixos de investigação. A divisão das tarefas visa levar a uma apuração de perfil técnico, segundo Pimentel.

— Estamos inovando, ao apresentar um plano de trabalho com quesitos detalhados que deverão ser respondidos pelos convocados — disse (veja quadro).

O primeiro eixo diz respeito à compra da refinaria de Pasadena, que teria causado perdas superiores a US\$ 1 bilhão à estatal. Para Pimentel, é preciso esclarecer se houve falha na decisão — cancelada pelo Conselho de Administração da empresa — e se a Petrobras poderá recuperar o dinheiro.

Para investigar a denúncia de que a companhia holande-

sa SBM Offshore pagou propina a funcionários da Petrobras, o relator propõe a análise de documentos produzidos pela Polícia Federal e pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Ele quer saber se há investigações na Holanda sobre o assunto.

Quanto à denúncia de falta de segurança no lançamento de plataformas ao mar, a CPI vai questionar quem são os responsáveis por acidentes como o da P-36 e se na plataforma P-62 faltam equipamentos primordiais à segurança.

O quarto eixo da CPI está relacionado a indícios de superfaturamento na construção de refinarias. Pimentel lembrou que as denúncias nas obras da Refinaria Abreu e Lima e da Refinaria do Nordeste estão sendo apuradas por outros órgãos de controle. A CPI quer acessar a documentação e propõe que sejam ouvidos o gerente-geral de Implementação de Empreendimentos para a Abreu e Lima, Glauco

Legatti, e o ministro-chefe da Controladoria-Geral da União (CGU), Jorge Hage.

Além das convocações, que obrigam o comparecimento, foram aprovados dois convites: para Jorge Hage e para o ministro do TCU José Jorge.

A CPI aprovou ainda o acesso ao memorando assinado pela Petrobras com a empresa

belga Astra Oil, antiga dona da Pasadena, para estabelecer a operação conjunta de comercialização e refino nos EUA, o que resultou na compra da refinaria. A CPI deve pedir as atas das reuniões que trataram do negócio.

Integra do documento do relator: <http://bit.ly/planoCPIpetrobras>

## Quatro eixos de investigação

### Compra da refinaria de Pasadena

■ Em que condições se deu a compra da refinaria de Pasadena pela Petrobras America Inc. (PAI)? ■ Houve falhas no processo decisório que decidiu pela compra de Pasadena? ■ A Petrobras conseguirá recuperar os desembolsos realizados na refinaria de Pasadena? ■ A compra da refinaria de Pasadena obedeceu ao disposto na legislação nacional? Respeitou a legislação dos EUA, onde se deu a operação?

### Indícios de pagamento de propina a funcionários da estatal pela SBM Offshore

■ A SBM Offshore possui relação comercial direta ou indireta com a Petrobras? Desde quando? ■ Quais foram os serviços prestados pela SBM Offshore para a Petrobras? ■ Foram pagas comissões relativas a esses serviços? Para quem? Em que montante? ■ Funcionários da Petrobras receberam propina da SBM Offshore? ■ Quem efetuou o pagamento e quem o recebeu? Qual o montante envolvido? ■ O pagamento influenciou na celebração de contratos? Quais? ■ Quais os prejuízos para a Petrobras?

### Denúncias de que plataformas estariam sendo lançadas ao mar sem componentes de segurança

■ Como está a segurança nas plataformas, especialmente a dos trabalhadores? ■ Os órgãos de certificações e fiscalizações das plataformas (Sociedade Classificadora, Marinha e Thama) estão cumprindo seu papel? ■ Quem são os responsáveis pelos acidentes nas plataformas, como o da P-36? ■ A segurança nas plataformas aumentou após o acidente com a P-36? ■ Os estaleiros estão lançando ao mar plataformas com falhas nos equipamentos de segurança? ■ Os estaleiros estão lançando ao mar plataformas com falhas nos equipamentos de segurança?

### Indícios de superfaturamento na construção de refinarias

■ Há superfaturamento nas obras da Refinaria Abreu e Lima? ■ Qual o orçamento inicial e o orçamento final da refinaria? ■ Quais os fatores determinantes para a assinatura dos aditivos? Quem eram os responsáveis pela aprovação dos aditivos? ■ A Petrobras observou a legislação aplicável às licitações e os contratos? ■ Houve alteração no projeto de construção da Refinaria do Nordeste em decorrência dos erros apontados pelos órgãos de fiscalização? ■ Houve aplicação de recursos da Petrobras ou da União nas obras do entorno do complexo da Refinaria Abreu e Lima? ■ Qual o papel da companhia PDVSA na Refinaria Abreu e Lima? A estatal venezuelana tem respeitado o contrato?



Antonio Carlos Rodrigues e Vital do Rêgo foram eleitos vice-presidente e presidente da CPI. Pimentel foi indicado relator

## Cyro Miranda afirma que, por enquanto, oposição vai apenas observar os trabalhos

Dos três representantes da oposição designados como membros da CPI, apenas o senador Cyro Miranda participou da reunião de ontem. Os outros dois — Lúcia Vânia e Wilder Moraes — já haviam solicitado ao presidente do Senado, Renan Calheiros, a retirada dos nomes deles. Depois da reunião, Cyro justificou que a oposição decidiu, por enquanto, manter apenas um representante na CPI, no papel de observador.

— Estou aqui para observar como o governo quer jogar — revelou Cyro.

O tucano mostrou descrença no interesse dos governistas em uma investigação rigorosa durante os trabalhos da CPI exclusiva do Senado. Segundo ele, a situação deve aproveitar a ampla maioria para “abarrotar” a pauta com os requerimentos de interesse próprio, sem dar chance aos da oposição, acatando um ou outro seletivamente.

— Então, não adianta perder tempo com os outros dois nomes [da oposição] aqui. Basta um para ficar sabendo como e o que vai ser pautado.

Na saída, o senador Vital do Rêgo, presidente da CPI, disse que não lhe cabia comentar a ausência dos representantes da Minoria e que espera a participação de todos ao longo dos trabalhos, sejam os indicados pelos líderes ou, substitutivamente, pelo presidente da Casa.



Cyro Miranda fala a Eduardo Braga na reunião da CPI da Petrobras

## Em resposta a questão de ordem, comissão concorda com CPI mista restrita à Petrobras

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou o relatório de Romero Jucá (PMDB-RR) favorável à instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) mista restrita a investigar denúncias de irregularidades na Petrobras.

O relatório é uma resposta à questão de ordem apresentada no dia 7 ao presidente do Congresso Nacional, senador Renan Calheiros. Na ocasião, ele decidiu enviar o assunto para análise da CCJ.

Em abril, antes da instalação de uma

CPI só com a participação de senadores, a ministra do STF Rosa Weber acolheu liminarmente o mandado de segurança apresentado pela oposição, determinando que a CPI do Senado se limitasse a investigar questões da Petrobras. O assunto ainda será analisado de forma definitiva pelo Plenário do Supremo.

Jucá disse que preferiu seguir orientação do Supremo ao considerar a prevalência de uma CPI mista também restrita à Petrobras. Ele informou ainda que não quis demorar para concluir o relatório a fim de evitar novos questionamentos.

O prazo para que as lideranças partidárias indiquem nomes para integrar a CPI mista terminou ontem.

A CPI exclusiva do Senado já começou a funcionar. Vital do Rêgo é o presidente e José Pimentel, o relator.



Romero Jucá afirma ter seguido orientação do Supremo Tribunal Federal

Segue para a Câmara projeto criado para substituir texto vetado no ano passado pela Presidência da República. Rigor da nova versão visa evitar risco de fragmentação, motivo do veto à proposta anterior

## Senado aprova novas regras para criação de municípios

O PLENÁRIO APROVOU ontem duas emendas ao projeto que estabelece normas para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios (PLS 104/2014 — Complementar). O texto principal havia sido aprovado na semana passada e a proposta segue para a Câmara.

Com 55 votos favoráveis e apenas 1 contrário, foram aprovadas duas emendas ao projeto, sendo uma apresentada à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), com várias subemendas, e outra apresentada em Plenário.

Uma das emendas prevê que os novos municípios deverão ter área superior a 200 quilômetros quadrados, nas Regiões Norte e Centro-Oeste, e 100 quilômetros quadrados no Nordeste, no Sul e no Sudeste. Será exigido também um número mínimo de habitantes, sendo 6 mil para o Norte e o Centro-Oeste, 12 mil para o Nordeste e 20 mil para o Sul e o Sudeste.

O projeto proíbe que os novos municípios ocupem áreas de reservas indígenas ou de preservação permanente.

Autor da proposta, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) agradeceu o trabalho dos senadores e do relator, Valdir Raupp (PMDB-RO).

— Estamos atendendo os anseios de todos os municipalis-



Autor da proposta, Mozarildo agradece aos senadores a aprovação em Plenário

tas do país. Com essa proposta, o Brasil poderá agir de forma séria na criação de novos municípios — defendeu.

Para o líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE), a criação de regras rígidas permitirá que regiões importantes do país se desenvolvam de forma mais ampla. O senador ressaltou que o projeto não cria despesas para o poder público.

O texto foi apresentado por Mozarildo como alternativa a projeto anterior (PLS 98/2002) integralmente vetado pela presidente Dilma Rousseff em outubro de 2013. A justificativa do veto foi de que o projeto, da forma como estava, estimularia a criação de inúmeros pequenos municípios pelo país, fragmentando ainda mais a divisão dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios e impedindo

uma boa gestão municipal.

Na nova versão, a proposta criou regras mais severas para criação dos municípios, assim como disciplinou fusões e incorporações, que não eram contempladas efetivamente no texto antigo. Um exemplo foi a redução no número de assinaturas exigidas para dar início ao processo de fusão ou incorporação dos municípios — que caiu de 10% para 3% da população afetada.

O PLS 104/2014 também convalidou plebiscitos para criação, fusão, incorporação e desmembramento de municípios que tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2013, assim como os atos legislativos autorizativos para realização de plebiscitos que tenham sido regularmente expedidos pelas assembleias legislativas e publicados até a referida data.

### Para Flexa, elevação da carga tributária mostra economia descontrolada

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) criticou o aumento da carga tributária federal. Ele lembrou que nos últimos 13 anos a elevação foi de 21% e denunciou que medidas para nova elevação são analisadas pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega.

Para o senador, o aumento nos impostos reflete o descontrole na economia e visa, entre outras razões, compensar os prejuízos do setor elétrico, causados pela redução das tarifas em 2013, medida que classificou de “eleitoreira”.

— Não sabe o que fazer o ministro da Fazenda. Se aumentar os tributos, a inflação acelera mais. Se não, corre o risco de descumprir a meta do superávit. Não podemos evitar a conclusão de que o problema do governo não está na capacidade de arrecadar, mas na incapacidade de controlar seus gastos.



Valdemir Boreto/Agência Senado

### Ana Amélia critica obrigatoriedade de placa em tratores

Ana Amélia (PP-RS) criticou o veto da presidente Dilma Rousseff ao projeto que retira a obrigatoriedade de emplacamento de tratores e máquinas agrícolas. Para a senadora, não se justifica a exigência de emplacamento, imposta pelo Conselho Nacional de Trânsito, porque as máquinas agrícolas não circulam nas ruas e estradas. Além disso, a medida impõe custo adicional e perda de tempo aos agricultores. Ela associou a atitude presidencial à “sanha arrecadadora” do governo. Advertiu que o veto à proposta causará mais prejuízo do que benefício.

— O que vai acontecer para fazer o licenciamento de uma máquina agrícola? O agricultor tem que levar lá da sua propriedade, carregando aquela máquina até a sede do Detran para fazer o emplacamento e a vistoria.



Valdemir Boreto/Agência Senado

### Inácio Arruda destaca importância das obras no Rio São Francisco

Inácio Arruda (PCdoB-CE) registrou, ontem, visita feita com a presidente Dilma Rousseff e com Vital do Rêgo (PMDB-PB) às obras de transposição do Rio São Francisco. Entre os locais visitados, destacou a estação de bombeamento em Cabrobó, em Pernambuco; as obras do Túnel Cuncas 2, na Paraíba, e a Barragem de Jati, no Ceará.

O senador ressaltou a importância das obras para proporcionar água para diversos municípios da região que, constantemente, sofrem com a seca. Inácio Arruda afirmou que as obras demonstram a boa vontade do governo não somente para planejar, mas também para executar os projetos.

— Daqui a pouco a água do São Francisco não irá só para o mar. Banhará também os sertões do Ceará — comemorou.



Genivaldo Magalhães/Agência Senado

### Suplicy sugere bombas extras para garantir água em São Paulo

Eduardo Suplicy (PT-SP) advertiu que a estiagem no estado de São Paulo tende a piorar com o fim do período chuvoso — de novembro a março — e defendeu a instalação de bombas extras para retirar a água que fica abaixo do nível de túneis e canais que compõem o Sistema Cantareira.

— O interesse público exige a adoção dessa medida em caráter emergencial. Não há alternativa.

Suplicy disse que o volume útil de água (a parte que fica alinhada aos túneis ou acima) pode chegar ao nível zero ainda em maio, algo nunca visto. O senador lamentou a falta de ações e instrumentos estruturais de longo prazo que poderiam ter evitado ou reduzido o impacto das estiagens, como levantar barragens para ampliar a capacidade hídrica.



Monseira Maniz/Agência Senado

### Ana Rita pede revisão de julgamento que livrou acusado de matar esposa

Ana Rita (PT-ES) informou que pedirá ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para analisar o julgamento do acusado pela morte de Christina Gabrielsen, no Recife, em 1995. Apesar de condenado por júri popular, Anthoner Ferreira Belleza Neto — que respondia em liberdade e é filho de magistrado — não foi preso. O juiz Ernesto Bezerra Cavalcanti fixou pena de oito anos e permitiu a prescrição retroativa do crime.

Foram quase 20 anos desde o assassinato — com três tiros à queima-roupa — até o julgamento e diversos recursos da defesa do acusado. Inicialmente o réu alegou que os disparos foram acidentais. Depois disse que agiu por ciúme.

O caso passou a ser acompanhado pela CPI mista da Violência contra a Mulher, com relatoria de Ana Rita.



Gleisi Hoffmann, relatora do projeto que estende aplicação do RDC

## Senadores adiam votação de medida que amplia uso do RDC

A votação, ontem, da medida provisória que possibilita o uso das regras do Regime Diferenciado de Contratações (RDC) em todas as licitações e contratos da administração pública (MP 630/2013) foi marcada por intenso debate. O texto recebeu críticas inclusive de senadores da base aliada e a votação acabou sendo adiada.

O RDC foi criado em 2011 para tornar mais ágeis as licitações de obras ligadas à Copa de 2014 e aos Jogos Olímpicos de 2016. Com o tempo, o uso foi estendido a outras áreas.

A MP em votação pretendia apenas ampliar o uso do regime às obras em presídios.

A modificação que estendeu o RDC a todas as obras do governo (PLV 1/2014) foi uma sugestão da relatora, Gleisi Hoffmann (PT-PR), que não teve o apoio de todos os senadores da base aliada. Para grande parte dos parlamentares, o regime favorece a corrupção.

Lindbergh Farias (PT-RJ), Waldemir Moka (PMDB-MS) e Ricardo Ferraço (PMDB-ES) apoiaram o pedido de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e Pedro Taques (PDT-MT) para que o texto original, com a extensão do RDC somente para presídios, tivesse a preferência na votação. O requerimento será votado na terça-feira, antes da votação do texto.

Um dos principais argumentos da relatora para a ampliação do uso do RDC é o

fato de o regime tornar mais ágil o processo de contratação. A senadora citou acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU) que recomenda o uso do RDC nas obras do aeroporto de Vitória.

— Se nós formos fazer uma concorrência pública, o tempo médio de realização de obra da Infraero, obra ou reforma de aeroporto, são 135 dias. Se for uma tomada de preços, 83 dias. Se for por RDC, 53 dias — ela exemplificou.

Para Alvaro Dias (PSDB-PR), o Senado não pode concordar com o retrocesso e a “votação para a irresponsabilidade administrativa”. Taques afirmou que a rapidez no processo não pode justificar a falta de elaboração de projetos.

José Agripino (DEM-RN) e Aloysio afirmaram que o andamento das obras da Copa é uma constatação de que o RDC não funcionou.

Segundo Gleisi, como o regime só foi aprovado em 2011, houve baixa adesão de estados e municípios para que as obras de mobilidade fossem realizadas com o RDC.



Vinícius Benevides, Marcelo dos Guarany, Fernando Collor, presidente da CI, e Romeu Rufino na audiência de ontem

## Diretores asseguram energia e transporte aéreo na Copa

Audiência pública promovida ontem pela Comissão de Serviços de Infraestrutura foi motivada pela preocupação dos senadores em relação à infraestrutura necessária para a realização do Mundial

O FORNECIMENTO DE energia e o transporte aéreo funcionarão normalmente durante a Copa do Mundo, segundo garantiram ontem os diretores-gerais da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Romeu Donizete Rufino, e da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Marcelo Pacheco dos Guarany. Ambos participaram de audiência promovida pela Comissão de Infraestrutura (CI).

Requerida pelo presidente da comissão, senador Fernando Collor (PTB-AL), a audiência foi motivada pelas preocupações em relação à infraestrutura necessária para a realização da Copa.

Em relação à energia elétrica, Rufino disse que há atraso em algumas obras exigidas pela Fifa, mas nada que comprometa o fornecimento de energia nos estádios.

No caso dos aeroportos, o diretor-geral da Anac afirmou que a chave do sucesso para o evento será não permitir uma quantidade de voos acima da capacidade de cada aeroporto.

Guarany disse que a Anac vai monitorar e cobrar o cumprimento do planejamento. Em relação aos custos, o diretor afirmou que os preços das passagens para as cidades-sede da Copa baixaram e que a média de ocupação dos voos está em torno de 23%.

### Autonomia

Os dirigentes da Aneel e da Anac e o presidente da Associação Brasileira de Agências de Regulação (Abar), Vinícius Fuzeira de Sá e Benevides, afirmaram que as agências não têm toda a autonomia que deveriam ter. Benevides explicou que esses órgãos precisam de autonomia decisória, financeira, estrutural e funcional.

Rufino colocou a autonomia administrativa e orçamentária como um desafio das agências reguladoras.

Questionado pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) se os recursos destinados às agências têm sido suficientes, devido à prática do governo de deslocar recursos ao Tesouro Nacional para cobrir o déficit público,

Guarany respondeu que sim. — Temos um orçamento controlado pelo Tesouro e tem sido suficiente para o desempenho das atribuições — afirmou.

### ICMS

O senador Wilder Moraes (DEM-GO) questionou o diretor-geral da Aneel sobre a incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na geração de pequeno porte pelos próprios consumidores. Rufino respondeu que não concorda com a cobrança. Ele explicou que foi feita uma interlocução com o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) para que não houvesse a incidência do imposto.

Wilder também perguntou sobre a experiência das primeiras concessões de aeroportos feitas à iniciativa privada. O diretor-geral da Anac disse que, até agora, percebeu mais eficiência nas obras e projetos interessantes para a operação.

— É importante ver se os aeroportos vão ser bem operados — afirmou Guarany.

## Adiada votação de texto sobre vandalismo em protesto

Sem acordo, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) adiou de ontem para a próxima quarta-feira a votação do projeto que altera o Código Penal para reprimir crimes em manifestações ou concentrações de pessoas. A decisão de transferir a votação foi adotada após sugestão de Humberto Costa (PT-PE).

Houve dois votos em separado. Um deles, assinado por Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Lindbergh Farias (PT-RJ), pede a rejeição do projeto. O segundo, de Acir Gurgacz (PDT-RO), prevê pena de reclusão de 8 a 12 anos para quem praticar dano de incêndio em veículos, instalações e terminais de passageiros.

Após considerar “demasia-

damente amplo” o projeto original (PLS 508/2013), de Armando Monteiro (PTB-PE), o relator, Pedro Taques (PDT-MT), apresentou um substitutivo, aumentando as penas para crimes já tipificados, caso eles sejam cometidos no contexto de vandalismo.

A proposta de Taques considera agravante o uso de máscara ou capacete para dificultar a identificação. Também define como homicídio qualificado, com reclusão de 12 a 30 anos, o crime em manifestações e concentrações de pessoas. A pena para lesão corporal poderá ter um acréscimo de 50%, se cometida nas mesmas circunstâncias. O substitutivo tipifica o dano ao patrimônio público ou privado

praticado durante manifestações. A pena é de reclusão de 2 a 5 anos, além de multa.

Lindbergh considerou a proposta uma tentativa de criminalizar os movimentos sociais. Humberto questionou o que considerou subjetivismo. Ele citou a utilização de utensílio que dificulte a identificação. Segundo ele, os caras-pintadas usavam tinta no rosto.

Autor do projeto, Armando disse que a sociedade brasileira “está indignada diante da escalada das manifestações que resvalaram para um quadro de violência exacerbada”.

Romero Jucá (PMDB-RR) argumentou que o substitutivo não limita a participação popular, mas protege a sociedade da depredação e das agressões.



### Humberto Costa quer que o Brasil mostre qualidades no Mundial

Na terça-feira, a 30 dias do início da Copa do Mundo, o líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE), fez um apelo para que o Brasil aproveite a oportunidade de mostrar ao mundo a força e as potencialidades do país.

O senador afirmou que, ao sediar um evento desse porte, o país precisa vencer “dentro e fora de campo”. Ele criticou o “discurso de derrota” da oposição, a quem acusou de espalhar a ideia de que “aqui nada presta”.

Humberto explicou que os estádios foram financiados com verbas públicas e privadas. Segundo ele, os investimentos federais em saúde e em educação foram 50 mil vezes maiores.



Moreira Franco, Antonio Carlos Valadares e Antonio Gustavo Matos do Vale

### Comissão aprova indicações para diretorias no Dnit

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) aprovou por unanimidade, ontem, a indicação de Valter Casimiro Silveira e de Adailton Cardoso Dias como novos diretores no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). A comissão aprovou ainda o pedido de urgência para votação da matéria no Plenário.

Indicado para exercer o cargo de diretor de Infraestrutura Aquaviária, Valter Casimiro Silveira é contador pela Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal (AEUDF). Por sua vez, Adailton Cardoso Dias, indicado para a Diretoria de Planejamento e Pesquisa do Dnit, é economista pela União Pioneira da Integração Social (Upis).

# Servidores criticam gestão dos institutos de educação

Falta de democracia e de transparência são alguns dos problemas apontados, mas ministério garante que há eleição de reitores. Paulo Paim sugere reunião para mediar conflitos e volta das negociações

A COMISSÃO DE Educação e Cultura (CE) ouviu ontem, em audiência pública, críticas de representantes dos funcionários dos institutos federais de educação à forma como as instituições têm sido geridas. Para o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe), há falta de democracia e de transparência em grande parte dos quase 700 campi do país.

Coordenador do Sinasefe no Distrito Federal, Marco Antônio Vezzani relatou problemas como falta de representatividade nos conselhos superiores das instituições, falta de critérios claros para a escolha

de membros dos conselhos de ética, irregularidades nas eleições de diretores de campi e de reitores e desobediência às normas dos institutos.

Samanta Lopes Maciel, coordenadora-geral do Sinasefe, disse que têm sido nomeados diretores e reitores inaptos do ponto de vista técnico, pedagógico e político. Ela denunciou assédio moral contra funcionários das instituições, especialmente os sindicalistas.

O representante do Ministério da Educação, Oiti José de Paula, disse que praticamente todos os reitores empossados foram eleitos por maioria de votos, dentro das regras vigentes, e que nos casos em

que houve intervenção do ministério isso ocorreu por determinação da Justiça.

— Temos alguns casos pontuais em que tivemos problemas, mas são pontuais.

Paulo Paim (PT-RS), que presidiu a reunião, disse que sugerirá ao Ministério da Educação que faça uma reunião para mediar os conflitos citados e para tratar das denúncias de assédio moral. Ele também recomendou a reabertura das negociações com os sindicatos dos servidores das instituições federais que estão em greve. Para o senador, os institutos federais devem ser cada vez mais transparentes, democráticos e participativos.

## Paulo Bauer apoia projeto que beneficia faculdades endividadas

Paulo Bauer (PSDB-SC) pediu que o projeto (PLC 32/2014) que reabre o prazo para que instituições de ensino superior peçam moratória e novo parcelamento



Econômicos (CAE). Segundo Bauer, a proposta permitirá às instituições em dificuldade financeira manter as atividades.

— Permitirá que transformem 90% do débito com a Receita Federal em bolsas de estudo. Portanto, vai beneficiar os estudantes das instituições comunitárias — disse o senador.

Anteontem a matéria foi aprovada na Comissão de Educação (CE) e agora vai para a Comissão de Assuntos

## Jarbas pede voto de pesar por morte de pesquisador da cultura de PE

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) lamentou a morte do pesquisador de cultura popular Liêdo Maranhão, aos 88 anos, vítima ontem de uma parada cardíaca.



pular pernambucana. — Deve-se a Liêdo a redução do preconceito dos acadêmicos e da elite quanto à linguagem e ao modo de vida das pessoas humildes do Recife,

De acordo com o senador, Maranhão contava casos populares como poucos. Era dentista, mas se destacou pelo trabalho sobre a cultura po-

de Olinda e de outras cidades do estado — disse Jarbas, que pediu voto de pesar e apresentação de condolências à família do pesquisador.

## Luiz Henrique destaca livro que alerta para desigualdade

Luiz Henrique (PMDB-SC) ressaltou ontem a importância da obra *O Capital no Século 21*, do economista francês Thomas Piketty. O livro está, há cerca



de dois meses, entre os mais vendidos na livraria eletrônica americana Amazon.

Na opinião do senador, a obra faz uma séria advertên-

cia: o capitalismo, a concentração de renda e a desigualdade podem trazer riscos para a democracia. — Reflitamos. O livro traz uma nova luz para políticas de governo a serem estabelecidas para tributar a riqueza, tributar as fortunas e estabelecer progressivamente uma sociedade mais igual — disse.

## Magno Malta volta a defender redução da maioria penal

Magno Malta (PR-ES) relatou visitas que fez à Paraíba e a Pernambuco, onde debateu, com entidades da sociedade, a proposta de redução da maioria penal. O



que vêm chamando a atenção de todo o país.

Paulo Paim (PT-RS) afirmou que a abolição da escravatura não foi concluída. Segundo ele, negros são maioria entre as vítimas da violência e entre os trabalhadores sem carteira assinada.

Malta lamentou a posição dos partidos do governo ao rejeitarem a proposta de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), que reduzia de 18 para 16 anos a idade em que um jovem pode ser julgado, condenado e preso.



Trabalhadores dos institutos federais de educação assistem à audiência pública e cobram intervenção para melhorias

## Senadores lamentam marca da escravidão

Ao mencionar a comemoração dos 126 anos da Abolição da Escravatura, Lídice da Mata (PSB-BA) salientou, ontem, a necessidade de aprofundamento do combate ao racismo e cobrou maior afirmação da contribuição do negro na for-

mação da sociedade brasileira. Ela chamou a atenção para a persistência de altos índices de violência contra os jovens e sugeriu a instalação de uma CPI para tratar dessa situação de "genocídio" que atinge principalmente os negros.

— Nosso país é racista, pratica o racismo institucional. Essa marca da escravidão ainda permanece muito viva na sociedade brasileira, camuflada pelo preconceito e pela discriminação — opinou.

Paulo Paim (PT-RS) afirmou que a abolição da escravatura não foi concluída. Segundo ele, negros são maioria entre as vítimas da violência e entre os trabalhadores sem carteira assinada.

— A abolição não se consolidou. O chicote de ontem não pode ser a bala de hoje — disse.



Lídice destaca violência contra negros, que, para Paim, é "abolição inconcluída"



Genildo Magalhães/Agência Senado

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana

**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá

**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro

**Segunda-secretária:** Ângela Portela

**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira

**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino

**Suplentes de secretário:**

Magno Malta, Jayme Campos,

João Durval, Casildo Maldaner

**Diretor-geral:** Helder Rebouças

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Davi Emerich

**Diretor-adjunto:** Flávio de Mattos

**Diretor de Jornalismo:** Eduardo Leão

### AGÊNCIA SENADO

**Coordenador:** Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Coordenador:** Flávio Faria (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Sílvio Burle

**Editores:** André Falcão, Juliana Steck, Laércio Franzon, Marcio Maturana e Ricardo Westin

**Diagramação:** Ronaldo Alves e Sandro Alex

**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

# Dilma veta redução de multas para operadoras de planos de saúde

Trecho incluído pela Câmara foi eliminado porque poderia incentivar a prestação inadequada dos serviços, explicou a presidente

A PRESIDENTE DILMA Rousseff vetou integralmente, ontem, o trecho da Medida Provisória (MP) 627/2013 que mudava a aplicação de multas às operadoras de planos de saúde. As alterações foram incluídas pelo relator da MP, deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Durante a votação no Senado, em abril, Walter Pinheiro (PT-BA) assegurou que a presidente vetaria as partes mais polêmicas, como o teto para as multas.

Originalmente, a MP — transformada na Lei 12.973/2014 — tratava só da tributação dos lucros obtidos por multinacionais brasileiras no exterior.

Ao explicar as razões do veto, publicadas no *Diário Oficial da União*, a presidente afirmou que “a medida reduziria substancialmente o valor das penalidades aplicadas às operadoras, com risco de incentivo à prestação inadequada de serviço de saúde”. Além disso, concluiu o governo, o dispositivo enfraqueceria a atuação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS),



Cunha, Pinheiro e Dornelles conversam durante audiência pública sobre a MP

responsável pela fiscalização dos planos de saúde.

A parte vetada reduzia a quantidade de multas aplicadas às operadoras nos casos de infrações da mesma natureza. Assim, no caso de duas infrações iguais — por exemplo, em razão de cobrança adicional de serviço já previsto em contrato —, seria aplicada apenas a multa de maior valor. Se os valores fossem iguais, valeria apenas um deles.

Para mais de duas multas por infrações semelhantes, o texto previa um fator multiplicador, que variava de 2 a 20 vezes, conforme uma tabela

incluída na MP. Para exemplificar: se uma operadora fosse multada cinco vezes em um semestre com multa de R\$ 5 mil, em vez de pagar R\$ 25 mil, pagaria R\$ 10 mil.

Com o veto, as operadoras continuarão sendo multadas, em no mínimo R\$ 5 mil e no máximo R\$ 1 milhão, por infrações de diferentes naturezas e por infringências a normas da ANS.

Foi vetado também o dispositivo que dispensava o contribuinte de pagar os valores de sucumbência (honorários pagos pela parte perdedora de ação judicial) quando houver

desistência para participar de parcelamentos legais de dívidas com a União. A presidente afirma que a exclusão desse trecho se justifica porque o contribuinte em débito teria um incentivo para ingressar em juízo mesmo quando não lhe coubesse razão, já que não contaria com o risco de vir a arcar com a sucumbência.

Entre os outros nove dispositivos vetados, está o que alterava o Código Brasileiro de Aeronáutica (Lei 7.565/1986) para incluir novas definições sobre aeroportos de uso público e privado. De acordo com o Planalto, a mudança no conceito dos aeródromos públicos, prevista na MP, deixaria de fora serviços por eles prestados, tais como de aerodesporto (que inclui acrobacia aérea e paraquedismo) e de instrução, além de criar um desarranjo regulatório.

Outro item retirado da nova lei é a isenção de PIS-Pasep e de Cofins para fabricantes de pneus da Zona Franca de Manaus (ZFM) que produzem tais produtos com borracha natural de origem extrativista.

## Mário Couto defende valorização da atenção básica à saúde

Mário Couto (PSDB-PA) declarou seu voto a favor do projeto que estabelece piso salarial para agentes comunitários de saúde (SCD 270/2006). Ele chamou a atenção para a importância da categoria, que, na avaliação dele, não tem a valorização que merece por parte do governo. Para Mário Couto, o esforço dos agentes de saúde contrasta com os escândalos de corrupção no governo, em especial as irregularidades na Petrobras.

— Enquanto isso, estão aí os verdadeiros brasileiros tratando da saúde do povo com muita honradez, recebendo o seu mísero salário que a Dilma dá pensando que é favor. Não é favor, é obrigação — disse.



Vanessa defende aprovação de projeto que regulamenta a profissão

## Vanessa Grazziotin quer farmacêuticos em farmácias

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) pediu à Câmara que aprove o projeto que regulamenta a profissão de farmacêutico e mantém a obrigatoriedade de as farmácias terem um profissional desses como responsável técnico.

A senadora explicou que o texto da Câmara modifica projeto original do Senado que previa o fim dessa obrigatoriedade. Como farmacêutica, Vanessa advertiu que isso seria ruim para a população.

— Nós não podemos confundir um estabelecimento que comercializa medicamento com outro qualquer. Um medicamento, para se transformar num veneno, tem um limite muito tênue — afirmou.

## Jayme Campos registra aprovação de serviço civil para médicos

Jayme Campos (DEM-MT) comentou a aprovação, na Comissão de Educação (CE), do relatório de Roberto Requião (PMDB-PR) sobre o PLS 79/2013, que dispõe sobre o serviço civil obrigatório para os profissionais de saúde. A proposta, de autoria de Jayme, segue agora para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde será analisada em caráter terminativo.

Jayme ressaltou a importância do projeto para que os brasileiros tenham acesso à saúde pública.

— A prestação do serviço civil obrigatório efetiva a política de interiorização dos cursos superiores de saúde — disse o senador.



Jayme: projeto ajuda na interiorização de cursos superiores na área da saúde



Eduardo Amorim: 30 mortes por dia em hospital público de Sergipe

## Segundo Amorim, governo de Sergipe não consegue gerir saúde

Eduardo Amorim (PSC-SE) denunciou em Plenário a péssima situação da saúde pública em Sergipe. Segundo ele, o Ministério Público Federal recomendou ao Banco Mundial que não conceda empréstimos para a saúde no estado até que a Justiça reconheça a capacidade do governo de gerir o setor.

O senador afirmou que os servidores do Samu estão em greve há dois meses no estado e que no Hospital de Urgência de Sergipe (Huse) ocorrem mais de 30 mortes diariamente.

— Faltam equipamentos, medicamentos e profissionais.

Ele acrescentou que os Ministérios Públicos Estadual e Federal pedem intervenção na gestão da saúde.

## Piso salarial para agentes comunitários será votado na quarta

O presidente do Senado, Renan Calheiros, marcou para quarta-feira a votação do substitutivo da Câmara ao projeto que fixa em R\$ 1.014 o piso salarial nacional para os agentes comunitários de saúde e de combate a endemias, com jornada de 40 horas semanais (SCD 270/2006).

As galerias do Senado foram ocupadas, desde a manhã de ontem, por agentes de saúde, que vêm articulando a tramitação célere da matéria no Senado. O projeto foi aprovado semana passada na Câmara e, como houve alteração no texto, volta a ser apreciado pelos senadores. Se aprovada no Plenário, a matéria segue para a sanção.

Além de fixar o valor do piso salarial, a proposta prevê, a partir de 2015, aumento real equivalente à variação positiva do produto interno bruto (PIB) de dois anos antes. A sistemática é a mesma aplicada ao salário mínimo atualmente. Para ajudar no pagamento dos novos salários, o projeto atribui à União a responsabilidade de complementar 95% do piso salarial.

## Mozarildo diz que corrupção prejudica a saúde dos índios

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) afirmou que a corrupção está prejudicando até mesmo os índios brasileiros, como revelou o jornal *Folha de S. Paulo* na edição de segunda-feira.

De acordo com o jornal, de 2004 a 2013 os recursos do Ministério da Saúde destinados à saúde do povo ianomâmi aumentaram seis vezes, mas, no período, os casos de malária subiram de 41,8 por mil habitantes para 70,6.

— Embora tenha aumentado o orçamento da Funasa [Fundação Nacional de Saúde], a saúde dos índios tem piorado cada vez mais. Problema de gestão, problema de corrupção e, portanto, má aplicação do dinheiro do povo. Fico indignado de ver que até na atenção à saúde indígena há roubo, há corrupção — disse Mozarildo.

De acordo com o senador, é inadmissível que os índios sejam prejudicados.

— Este país realmente tem que tomar um rumo de combate prioritário à corrupção, porque a corrupção é a mãe de todos os males deste país. Se não fosse a corrupção, nós teríamos, sob todos os aspectos, um país melhor.



Segundo o senador, categoria não é valorizada pelo governo federal

Emenda Constitucional 78 estabelece indenização única de R\$ 25 mil a cerca de 6 mil seringueiros que trabalharam no esforço de guerra na década de 40. Em discurso, veterano se queixou do valor



Sessão solene do Congresso Nacional para promulgação de emenda que concede indenização aos veteranos seringueiros

## Promulgado benefício a soldados da borracha

OS SERINGUEIROS QUE foram para a região amazônica, na década de 40, colher matéria-prima para ser usada em equipamentos destinados às forças dos Aliados na 2ª Guerra Mundial vão receber uma indenização única de R\$ 25 mil. A proposta de emenda à Constituição que assegura o benefício aos chamados soldados da borracha foi promulgada ontem. A Constituição já prevê que eles têm direito a pensão vitalícia no valor de dois salários mínimos, o equivalente hoje a R\$ 1.448.

De acordo com Anibal Diniz (PT-AC), cerca de 6 mil seringueiros, além de 7 mil dependentes, serão contemplados. O senador espera que o dinheiro seja recebido ainda este ano.

— Temos outra batalha junto ao Ministério do Planejamento para que a indenização seja paga em 2014 — informou.

O deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), que é o autor da proposta que resultou na Emenda Constitucional 78, lembrou que foi uma “batalha” de anos para que o Brasil reconhecesse os soldados da borracha como combatentes de guerra.

— Foi no atual governo da presidente Dilma Rousseff e através da iniciativa do Parlamento brasileiro que nós estamos fazendo mínima justiça a esses combatentes.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), por sua vez, reforçou que o benefício é resultado de um acúmulo de lutas.

— Estamos mais uma vez resgatando a história desses homens e mulheres que foram tão importantes para o Brasil — afirmou a senadora.

### Queixas

Ao final da sessão comemorativa, o soldado da borracha Belizário Costa, de

96 anos, reclamou que o salário oferecido aos soldados da borracha é uma “mixaria”. Ele disse que os R\$ 25 mil oferecidos a título de indenização por meio da PEC “é o mesmo que os deputados gastam com café da manhã”.

Costa responsabilizou a presidente da República, Dilma Rousseff, e a deputada federal Perpétua Almeida (PCdoB-AC) pelo que acredita ser um baixo valor de indenização.

Vanessa Grazziotin, que presidia a sessão, explicou que a deputada apresentou proposta para indenizar os soldados da borracha logo após ser eleita. Também lembrou ao veterano que todos os deputados e senadores presentes lutaram intensamente para que o governo federal reconhecesse o papel histórico dos soldados da borracha.

Mário Couto (PSDB-PA) defendeu o ex-seringueiro.

## Ângela defende servidores de ex-territórios

Ângela Portela (PT-RR) pediu aos senadores que aprove a Proposta de Emenda Constitucional 111/2011, que beneficia 9 mil servidores dos antigos territórios de Roraima e Amapá.

A senadora explicou que os servidores prestaram serviços aos ex-territórios de 1988 a 1993, período em que passaram da condição de território a esta-

do. Com a aprovação da PEC, os servidores entrarão para o quadro de pessoal da União.

— A PEC 111 foi inovadora porque conseguiu incluir todos os servidores que tinham pendências junto ao governo federal. É uma proposta para



que se possa assegurar o direito e cumprir o reconhecimento da União, do governo federal e do Congresso pelo trabalho que vocês prestaram — disse Ângela, dirigindo-se

aos servidores dos antigos territórios que estavam presentes ontem no Plenário do Senado.

## Avança dedução de salário de domésticas do Imposto de Renda



Texto de Roberto Requião condiciona dedução à relação formal de trabalho

Poderá ser dedutível do Imposto de Renda Pessoa Física o salário pago pelo contribuinte a um empregado doméstico, nos 12 meses do ano, somado ao 13º salário e à remuneração adicional de férias. A medida foi aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e segue para as Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE),

antes de ser enviada à Câmara dos Deputados.

O texto aprovado (PLS 270/2011) é de autoria de Roberto Requião (PMDB-PR, foto) e tramitava em conjunto com outras seis proposições, consideradas prejudicadas, conforme recomendado em relatório de Paulo Paim (PT-RS).

De acordo com o projeto, poderá passar a ser dedutível

## Interlegis sedia lançamento de rede de estudos migratórios

Estudos da Organização Internacional do Trabalho (OIT) dão conta de que hoje 214 milhões de pessoas em todo o mundo estão fora dos países de origem em busca de oportunidades de trabalho. Para acompanhar o movimento de imigração, emigração e retorno às fronteiras brasileiras, foi lançado ontem, em evento sediado no Auditório do Interlegis, o Observatório das Migrações Internacionais — OBMigra.

O observatório foi criado por meio de um termo de cooperação entre a Universidade de Brasília e o Ministério do Trabalho e Emprego. No evento de abertura, Leonardo Cavalcanti, professor da UnB e coordenador científico do OBMigra, afirmou que o observatório será o local adequado para pensar o “fenômeno multidisciplinar migra-

Dias. O ministro disse que é “preciso se preparar para responder com respeito, agilidade, segurança e solidariedade aos imigrantes que chegam ao Brasil em busca de uma nova vida”. Ele afirmou que estudos como os que serão desenvolvidos pelo observatório serão de grande importância para que se supra essa e outras muitas necessidades que se tem hoje no país com relação a esse contingente de trabalhadores.

Na mesa de abertura do evento, também estavam o representante da Confederação Nacional da Indústria, Alexandre Furlan; o representante da Central Única dos Trabalhadores, Antonio

**Ideia do observatório é apresentar políticas públicas sobre o fenômeno da migração**

Lisboa Amâncio do Vale; a vice-reitora da UnB, Sônia Nair Bão; e o coordenador do Interlegis/ILB, Francisco Biondo.

Alexandre Furlan e Antônio Lis-

boa compartilharam da opinião de que o foco das discussões sobre o entendimento a respeito dos movimentos migratórios no país não está na segurança, como sugerem alguns discursos, mas no respeito aos direitos trabalhistas, oportunidades de emprego e segurança física e jurídica. Furlan citou estudo da OIT segundo o qual 90% das migrações mundiais são motivadas por questões relacionadas a trabalho.

Lisboa disse que é preciso avançar nas discussões sobre políticas públicas relacionadas à migração no Brasil com enfoque nos direitos humanos, já que a legislação atual remete à época da ditadura.



Seminário marcou o lançamento do Observatório das Migrações Internacionais

tribuição previdenciária pelo empregador e pelo empregado doméstico.

Paim considera a medida justa, principalmente frente às novas obrigações dos empregadores domésticos, como recolhimento de FGTS e pagamento de indenização por demissão sem justa causa, determinadas pela Emenda Constitucional 72/2013.

o valor total de salários pagos pelo patrão, no ano-calendário, a apenas um empregado doméstico e dentro do teto de três salários mínimos por mês, mais o 13º salário e o adicional de férias equivalente a um terço do salário normal.

O direito à dedução estará condicionado à formalização da relação de trabalho e ao recolhimento regular da con-